

# Eles não sabem o que é um homem ou a desdita do psicoterapeuta

VITOR JOSÉ F. RODRIGUES

*Sobre como cantar, a escola da rã  
e a escola da cotovia não se entendem*

(provérbio zen)

O autor do presente artigo é uma pessoa suspeita por variadas razões:

. Intitula-se de «ser humano». Autodefine-se, assim, em termos virtualmente inacessíveis à prova dos factos — conforme comprovaremos mais adiante.

. Intitula-se de «psicólogo clínico». Isto ainda se torna mais problemático ao pressupor que:

- a) o autor é psicólogo;
- b) o autor é clínico.

A pretensão a) não é defensável. De facto, costuma admitir-se que um psicólogo é alguém que se licenciou em Psicologia. Contudo, isso não resolve nada porque ignoramos o que seja essa «psique» de que a «logia» mencionada pretende ocupar-se. Note-se que o termo «ignorância» é aqui empregue no sentido científico: pretende-se com ele significar um estado onde não existe acordo intersubjectivo, dentro da comunidade científica, acerca do que seja determinada coisa. No caso da «psique», qualquer agrupamento alargado de psicólogos — até mesmo dentro dum modelo psicológico idêntico, por vezes — mostrará não conseguir um acordo satisfatório quanto à definição. De que objecto da Psicologia estará a falar-se? Dum «organismo bípede que se

comporta»? Duma «personalidade nascida do conflito entre pulsões e forças sociais»? Dum «processador de informação»? Dum «sistema relacional»? Dum «ser-aí perdido nas suas circunstâncias»? Como fez notar Hillner (1985), «é impossível dar aos fenómenos psicológicos uma especificação técnica que seja aceitável para todos os psicólogos profissionais».

A pretensão b) não resiste à mais elementar abordagem positiva. Para torná-la aceitável o autor necessitaria de poder informar a comunidade científica acerca do método clínico adoptado (isto põe inúmeros problemas, mas costuma ser considerado viável apesar das dificuldades terminológicas face à proliferação de pontos de vista teóricos e metodológicos); necessitaria, por outro lado, de poder informá-la quanto aos objectivos (obviamente, os objectivos duma intervenção clínica dependem do estado final considerado desejável — cuja natureza varia muito consoante a abordagem teórica (Hillner, 1985); finalmente — e pior do que tudo — necessitaria de poder definir o alvo dessa intervenção enquanto *homem psicológico*. Aí deparamos novamente com o problema do sentido em que estaremos a utilizar o adjectivo «psicológico»...

Fique portanto assente, desde já, que as considerações subsequentes merecem uma credibilidade infima, pois não há meio de demonstrar à comunidade alargada dos psicólogos que o seu criador é um psicólogo, um homem psicológico ou um clínico.

\* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

As advertências anteriores justificam-se tanto mais quanto o que se segue é a apresentação duma teoria. De facto, o autor viu-se condenado, perante a multiplicidade de modelos, estratégias e técnicas, ao agnosticismo psicoterapêutico como medida preventiva face ao *stress* de não saber o que fazer com as entidades designadas clientes ou «homens psicológicos com problemas». À fase agnóstica seguiu-se a necessidade de criar um referencial próprio que, por sua vez, assentou num trabalho preliminar que encontrou bases empíricas no III Encontro Nacional de Psicoterapeutas, decorrido entre 11 e 13 de Janeiro de 1990: esse trabalho é aqui intitulado de *teoria do desenvolvimento do psicólogo eclético*.

A citada teoria postula que o desenvolvimento do psicólogo eclético (sendo o último termo empregue no sentido definido por Lazarus, 1986, como eclétismo técnico) atravessa três estádios:

I — *Estádio conflitual ou de eclétismo embrionário*, em que adere a um modelo, se identifica com ele e ataca os que aderiram a outro. O protótipo desta fase é descrito por Floyd W. Matson (citado em Mahoney, 1974) nestes termos:

«(...) envoltos no manto da Ciência, armados com as ferramentas da "tecnologia comportamental", [os skinnerianos] deslocam-se através das verdes pastagens de Walden II e espantam-se com os seus adversários que falam um palavrório composto de sílabas desprovidas de sentido como "liberdade", "pessoa", "escolha", "responsabilidade", "mente", etc.»

II — *Estádio absorvente ou de eclétismo explícito*, no qual se encontra a maioria dos psicoterapeutas ecléticos actuais. A adesão a um modelo mantém-se, mas a identificação decresce; o psicoterapeuta constata a existência de pontos valiosos (empiricamente defendidos) noutras abordagens e procura absorvê-los na sua prática. Não pode vencê-los, mas ainda acredita que o seu modelo é, pelo menos filosoficamente, o melhor; em consequência, também não se junta a eles, mas procura alargá-lo até englobar os contributos alienígenas. É uma fase semelhante à descrita por Einstein e Infeld quando ao conflito entre as antigas teorias corpusculares e ondulatórias da luz se seguiu o período onde cada partido se viu perante achados empíricos não negligenciáveis oriundos do outro e procurou integrá-los (mais tarde, note-se, surgiu a Teoria Quântica

vindo mostrar que ambos tinham razão — embora especificando quando, como e porquê...).

III — *Estádio compreensivo ou de eclétismo teórico e prático*, quando o psicoterapeuta eclético descobre um modelo teórico abrangente do homem psicológico, modelo esse que viabiliza a hierarquização e colocação relativa das várias abordagens..

Neste estádio — a que talvez ainda nenhum psicoterapeuta tenha chegado, infelizmente — o nosso indivíduo em desenvolvimento abandonou a adesão e a identificação com modelos parcelares para poder trabalhar com um modelo global: assim, é-lhe permitido deduzir, em cada caso, qual a intervenção mais adequada. O conhecimento exacto das dimensões que efectivamente permitem caracterizar o homem psicológico como tal, diferenciando-o dos restantes homens psicológicos, tornou isto fácil. A este respeito é realçado insistentemente que uma das principais razões para o actual estado de desentendimento teórico entre modelos psicológicos está na maneira de conceber a «natureza humana» (a natureza do homem psicológico, como preferimos chamar-lhe). Com efeito ela varia o suficiente para nos levar a procurar explicar o facto: afinal existirão várias naturezas humanas ou será que a natureza humana ainda é conhecida de modo tão superficial que não obtemos acesso ao que é comum nas várias concepções? Parece-nos que *ambas as hipóteses* são verdadeiras: por um lado o conhecimento do homem psicológico é muito escasso e, por outro, talvez possamos admitir que existem *padrões da concepção do self* diferentes afectando tanto clientes quanto terapeutas — de tal modo que os factores comuns já identificados para as várias abordagens (factores que estão presentes em qualquer psicoterapia eficaz independente do modelo subjacente; ver Beitman, Goldfried e Norcross, 1989) deveriam parte da sua importância ao facto de fornecerem terreno propício à partilha, entre cliente e terapeuta, de padrões do mesmo tipo... correspondentes a diferentes concepções da natureza humana (acerca do que entendemos como «concepções da natureza humana» ver por exemplo Messer, 1986). Encontrar-se-ia justificação, assim, para a dificuldade da integração teórica não só ao nível epistemológico e filosófico, mas a um nível ainda eminentemente psicológico: a existência de *padrões*

*de concepção do self* a que poderíamos chamar, talvez, «padrão existencial», «padrão emocional», «padrão empírico», «padrão ecológico» etc. Tais padrões seriam a natural contraparte, ao nível do cliente e do terapeuta e em termos de autoconceito, de visões do mundo e da vida humana tais como «romântica», «irónica», «trágica» e «cómica». Nesse caso o modelo teórico capaz de unificar o campo deveria poder levar tão longe o conhecimento do homem psicológico que permitisse explicar a existência de tais padrões e encontrar os seus pontos comuns através duma análise metapsicológica. Existe, contudo, uma dificuldade: para levar a cabo essa análise não será preciso um meta-homem capaz de se abstrair das várias posições possíveis perante a própria realidade da vida humana e das várias linguagens conceptuais também possíveis? Partindo dessa ideia atrevemo-nos a dizer que só conhecemos uma perspectiva, já de si com fortes tendências integrativas, com esperança de responder ao desafio: a da Psicologia transpessoal (ver, por exemplo, Tart, 1978, quanto à relação entre estados de consciência e paradigmas). De facto, de acordo com a nossa leitura, ela pretende levar o indivíduo a abstrair-se das suas próprias vivências típicas e a deparar-se com toda uma multiplicidade de modos de ser e estar alternativos: uma série de si-próprios unicamente concebíveis quando uma mudança do nível de abstracção conduz o indivíduo, num estado alterado de consciência, a deparar-se com o que poderia ser chamado um «self-raiz»... capaz de todas as posições existenciais e de todas as epistemologias. Nesta linha, concordamos com as críticas de Mahoney (Mahoney, 1989) ao «objectivismo», mas não podemos deixar de lhes acrescentar algumas considerações: porque o conhecimento humano é produto dum conhecedor igualmente humano, torna-se evidentemente fácil acompanhar este e outros autores na afirmação de que o contributo da Psicologia é essencial à Epistemologia e de que não se pode despir o conhecimento humano da subjectividade que lhe é inerente; se, no entanto, pretendemos chegar a bom porto em termos epistemológicos, a alternativa é tornar a própria subjectividade objecto dum conhecimento que, para ser adequado, necessitará dum conhecedor trans-subjectivo... De facto parece-nos que onde se fala de objectividade estamos necessariamente a pressupor um acordo intersubjectivo entre observadores e que, onde se fala de levar em conta a subjectividade no

conhecimento, estamos necessariamente a pressupor um acordo trans-subjectivo onde se pretende superar o nível geralmente designado de subjectivo.

Note-se, entretanto, que não estamos a esquecer-nos das eventuais possibilidades integrativas das abordagens construtivistas em psicoterapia (ver, por exemplo, Joyce-Moniz, 1989). Sustentamos a opinião, contudo, de que elas tendem a estar demasiado comprometidas com a tradição cognitivista; por isso será extremamente difícil alcançarem uma posição trans-subjectiva que fundamente uma psicologia capaz de encontrar uma «verdade psicológica» comum às várias subjectividades possíveis e construíveis. Ora nós acreditamos, de facto, que uma tal verdade pode ser encontrada, mas não através do fascínio (que julgamos encontrar em determinados autores) pelo relativismo — outro «ismo», afinal, a juntar talvez aos que tem sido necessário combater para que a ciência psicológica avance.

Neste ponto, a posição epistemológica constituída pelo realismo transcendental (Landsheere, 1988, por exemplo) parece-nos extremamente adequada como profilaxia dum excessivo relativismo e da ideia de que não há uma realidade absoluta mas construções e mais construções acerca dela. Pelo contrário, pensamos que existe uma realidade; ela não pode, entretanto, ser atingida por uma via objectivista e sim por uma via trans-subjectivista... Capaz de admitir que o mundo objectivo, o mundo subjectivo e todas as construções epistemológicas acerca de ambos subsistem na *mesma* realidade global, quicá susceptível de apreensão por quem encontre no inatismo, no empirismo e no construtivismo fragmentos duma verdade epistémica mais ampla do que cada uma destas posições.

Como se vê, o terceiro estágio pertence ao domínio da ficção psicológica não sendo ainda demonstrável a sua existência, por falta de representantes (embora recomendemos aos interessados que, antes de procurarem atingi-lo, investiguem a questão dos estados alterados de consciência — dedicando-se, por exemplo, à prática do raja yoga). Admitindo que, no entanto, é desejável atingi-lo, pode ser útil a reflexão crítica acerca de alguns caminhos para que tal seja possível:

1. *Criação de novos modelos.* Esta solução, assumindo-se que nela está implícita a ideia de que o novo modelo irá situar-se a um nível de abstracção e de compromisso filosófico e ideológico semelhante

ao dos já existentes, é justamente a que tem fracassado. Um dos problemas é que ele deve ter subtrato empírico — já de si difícil de obter sem a «contaminação» oriunda dos modelos que fizeram as investigações correspondentes — e deve adoptar critérios de hierarquização e categorização dos dados empíricos. Acontece que, para tal, é necessária a adesão a um ponto de vista epistemológico definido, para o qual, em regra, se encontram alternativas igualmente convincentes... (ver Hillner, 1985, Cap. 1).

2. *Comparação de modelos.* Esta parece ser a solução em vigor, típica da transição — retomando o que obviamente é metafórico — entre a fase conflitual e a fase absorvente do desenvolvimento do psicoterapeuta eclético. Procura-se actualmente comparar as várias abordagens psicoterapêuticas e encontrar-lhes pontos comuns, decidindo perante a «prova dos factos»: (a) quais são os factores que contribuem para a mundança terapêutica em geral; b) quais as abordagens mais eficazes para cada caso; (c) quais os critérios de decisão terapêutica; d) quais as características processuais das várias terapias. Subjacente a isto parece estar, para variados autores, a ideia de que existem teorias a mais e de que a alternativa credível consiste em *construir indutivamente* um modelo integrativo com sólida base empírica.

Esta parece-nos uma solução bastante melhor do que a anterior desde que não se perca de vista... o objectivo de atingir o estádio compreensivo. Um modelo global do homem psicológico poderá talvez ser construído indutivamente; deverá, no entanto, poder fornecer *deduções* (em sentido que vai, portanto, do geral ao particular) acerca do que fazer, para cada cliente e para cada clínico, em cada situação particular. Doutro modo não será relevante para os psicoterapeutas, pois não lhes dirá como agir perante aqueles casos individuais e particulares que serão sempre, por definição, novos, únicos e nunca directamente sobreponíveis com casos similares descritos na literatura. Por outras palavras, contribuirá para aprofundar o fosso geralmente encontrado entre investigadores e clínicos...

3. *Pesquisa consensual.* Sob este título pretendemos referir-nos a outra metodologia que poderá contribuir para a construção duma futura teoria unificada do homem psicológico. Ela assenta em duas ideias simples:

— a de que toda a teoria deve firmar-se antes de se afirmar e

— a de que, porque toda a ciência se baseia numa «objectividade» que não é senão concordância intersubjectiva na consideração dos mesmos dados empíricos, a fase em que procura «firmar-se» deve forçosamente passar pela busca de consensos entre os seus representantes.

Alguns autores têm procurado avançar neste sentido através da definição dum léxico comum (ver, por ex., Murgatroyd e Apter, 1986; Goldfried e Newman, 1986). Parece-nos que o método complementar poderá consistir na pesquisa de proposições gerais, de elevado nível de abstracção e generalidade, acerca do *homem psicológico*. Estas serão submetidas à aprovação dos representantes avaliados das variadas tendências dentro da Psicologia. Uma vez encontrado determinado número de proposições, elas constituirão uma razoável base de trabalho para uma teoria integrada, podendo ser confrontadas com os achados empíricos das investigações em curso acerca dos factores comuns e dos processos em psicoterapia. Forneceremos, em seguida, exemplos do que podem ser, do nosso ponto de vista, proposições desse tipo (a aperfeiçoar e completar de acordo com os contributos futuramente recolhidos):

1. O comportamento humano pode ser perspectivado como actividade externa ao sujeito e directamente observável ou interna e indirectamente observável (nomeadamente através de relatos verbais perante situações mais ou menos completamente padronizadas).

2. O comportamento humano surge como referência central enquanto objecto da Psicologia, seja como principal unidade de estudo ou como tradução de fenómenos internos englobados sob designações como «pensamento», «emoção», «percepção», «memória», «intenção», «motivação», etc.

3. O comportamento humano é um conjunto de movimentos e pressupõe a existência de energia, ou seja, daquilo que tem como característica fundamental a de poder provocar movimento.

4. Todas as formas de energia obedecem aos princípios: da conservação da energia (a soma de energia é constante, a energia pode transformar-se, mas não ser criada ou destruída), da transformação da energia (a energia pode sofrer transformações manifestando-se em formas diferentes) e ao 2º princípio da termodinâmica, o do aumento da entropia

(em cada transformação de um sistema isolado a energia tende a degradar-se e a reduzir a capacidade de produzir trabalho).

5. O ser humano pode ser visto como um sistema aberto e subdividido em sistemas abertos, uma totalidade de partes em interacção, sendo essas partes, em si mesmas, novas totalidades sistémicas. Por sua vez, ele troca matéria e energia, nomeadamente na forma de informação, com o meio ambiente, não tendo assim as características dum sistema fechado.

6. Todos os seres humanos sofrem transformações constantes, passam por sucessivos estados de equilíbrio e tendem, pelo menos durante a maior parte da vida, a um aumento de complexidade na organização.

7. Todos os seres humanos podem evoluir para estados considerados por si próprios ou pelos outros como mais desejáveis ou como menos desejáveis.

8. Todos os seres humanos vivem em interacção com o meio ambiente, actuando nele e sendo por ele afectados durante todo o seu ciclo de vida segundo modalidades que dependem tanto da evolução desse meio quanto da sua própria evolução bio-psicológica. (Nessa interacção dá-se um constante intercâmbio de matéria e de energia e os tipos de matéria/energia trocados também acusam variações na quantidade e qualidade ao longo do ciclo de vida, trate-se de ar, água, nutrientes físicos, informação. etc.).

9. Todos os seres humanos nascem, crescem, vivem, morrem e sofrem modificações ao longo da vida.

10. Todos os seres humanos são partes actuaes de sistemas mais vastos como o ecossistema natural, o sistema social, a família, etc.

11. O que se passa nos primeiros anos de vida do ser humano é condicionante, de modo saliente, quanto ao seu funcionamento futuro em termos bio-psicológicos. O homem passa, com a infância, um período de plasticidade máxima do ponto de vista biológico e psicológico; ao longo do ciclo vital essa plasticidade vai-se reduzindo até que, na velhice, tende a ser mínima. Sendo assim e apesar de eventuais flutuações ao longo da vida, é evidente que a maior parte do que de relevante pode acontecer na formação e desenvolvimento do indivíduo ocorre ou tende a ocorrer precocemente.

12. O comportamento humano ocorre na confluência entre o que resultou e está a resultar da apren-

dizagem/experiência de vida e o que resulta do potencial inato (independentemente do peso relativo que se atribua, em cada caso particular, a cada factor).

Chegados a esta parte do presente artigo, encontramos de volta ao problema da inexistência, no presente, dum modelo que nos permita determinar o que fazer com cada cliente em cada situação. Poderia mesmo dizer-se que nos encontramos perante a impossibilidade de demonstrar, seja a quem for, que a pessoa «X», candidata a uma psicoterapia, é um «homem psicológico» (ou é um homem na mesma exacta acepção em que os indivíduos descritos na literatura o são). A rigor, aliás, se admitíssemos que os únicos indivíduos passíveis de terapia fossem os que cabem na concepção de «ser humano» implícita num qualquer modelo, consideraríamos não humana grande parte da população...

Apesar de tudo, há que agir. Por isso recorremos, para situar as abordagens e técnicas disponíveis, não à categorização e comparação entre teorias, estratégias ou técnicas, mas a uma colocação relativa dos modelos e técnicas quanto ao nível de generalidade dos problemas que visam ou permitem enfrentar. A essa classificação corresponde uma categorização dos clientes quanto ao nível de generalidade a que pretendem trabalhar, ao enunciarem, com assistência do terapeuta, os seus objectivos (o que vai, note-se, ao encontro da actual tendência para o desenvolvimento, na linha dum ecletismo técnico, de métodos para ajustar as intervenções às necessidades particulares de cada cliente; veja-se, a este respeito, Beitman, Goldfried e Norcross, 1989). Deste modo, distinguiamos:

Nível A: *problemas específicos*. Ex: o indivíduo «Z» fica extremamente ansioso quando colocado perante o estímulo «k» na situação «Y».

Nível B: *classes de problemas*. Ex: o indivíduo «Z» costuma ficar ansioso quando sujeito a situações dos tipos «h, i, j».

Nível C: *quadros de referência em que determinadas classes de problemas se inserem* (classes das classes de problemas; nível do *Self*). Ex: o indivíduo «Z» tem baixa auto-estima, o que o leva a desistir facilmente de inúmeras tarefas, a ficar ansioso perante a simples hipótese do confronto com situações novas e, consequentemente, a desenvolver expectativas negativas relacionadas com um estado depressivo habitual.

Nível D: *classe dos quadros de referência*. Ex: o indivíduo «Z» encontra-se perante dilemas existenciais que o levam a questionar o seu estilo de vida e a pretender construir uma visão alternativa de si mesmo e do mundo. A certa altura começa a aperceber-se de que o seu problema está em pensar em si como «aquele que tem problemas existenciais»...

Aos quatro níveis mencionados podem corresponder abordagens e técnicas específicas. Embora não esqueçamos que técnicas aparentemente pontuais podem ser inseridas em quadros conceptuais amplos e com objectivos ambiciosos, diríamos que, tendencialmente:

No nível A podemos encontrar terreno de eleição para técnicas simples como a gestão das contingências de reforço (no condicionamento operante) ou a dessensibilização sistemática.

No nível B o terreno poderá ser mais adequado para técnicas como o treino de habilidades de confronto (Goldfried 1980), o treino de auto-instrução, o treino de inoculação de stress (Meichenbaum, 1977), ou quaisquer outras que procurem dotar o indivíduo com possibilidades de enfrentar as suas dificuldades que se possam generalizar a toda uma classe de situações.

No nível C talvez procedimentos de reestruturação cognitiva (ver, por exemplo, Branco Vasco, 1988), análise da estrutura do ego, etc., sejam especialmente adequados. Está aqui em causa, note-se, não o tipo de modelo, mas o nível de generalidade a que pretende aceder no funcionamento do indivíduo (embora admitamos que, de facto, um dos factores distintivos dos modelos reside no grau em que são analíticos ou holísticos ou no nível predominantemente comportamental, afectivo, cognitivo ou metacognitivo em que escolhem trabalhar...).

No nível D poderemos contar com intervenções que pretendem alterar a visão global que o indivíduo tem de si mesmo tais como a Terapia Gestalt (veja-se, por exemplo, Perls, 1972) ou as da Psicologia Transpessoal (veja-se Sutich, 1978; Fadiman, 1980; Ray, 1980).

Note-se, de passagem, que esta proposta de categorização concede grande importância à noção de *self* e à necessidade de trabalhar o autoconhecimento do indivíduo, o que é tão velho quanto o

imperativo socrático do «conhece-te a ti próprio» e tão novo quanto a constatação de Mahoney (Mahoney, 1989), segundo a qual verificamos convergência entre psicoterapeutas de variadas orientações quanto ao facto de ser difícil obter mudanças psicológicas, mas também quanto à importância, para consegui-las, da novidade, exploração, auto-investigação e desenvolvimento da identidade.

Evidentemente, numa intervenção mais abrangente poderá ser necessário recorrer a técnicas mais e menos pontuais, colocadas ao serviço de objectivos muito abstractos definidos pelo cliente; a um nível mais simples, em contrapartida, poderá ser insensato pretender recorrer a abordagens e técnicas muito elaboradas. No conjunto, o bom senso do terapeuta contribuirá para a justeza das opções, evitando-lhe pretender «forçar» o cliente a definir objectivos demasiado gerais ou demasiado específicos ainda que seja importante, sempre, auxiliá-lo a fazer uma formulação clara. Parece-nos que, pelo menos, a abordagem ora proposta permitirá situar os problemas do cliente sem se incorrer em dois vícios possíveis da «fase absorvente»: o de procurar estender uma «rede» terapêutica que toque tantas teclas que alguma resulte (isto tem algo a ver com os «pacotes terapêuticos» da terapia cognitivo-comportamental) e o de fazer incidir o esforço terapêutico numa série de problemas específicos situados a vários níveis, assumindo que a área de funcionamento psicológico capaz de servir de pedra de toque para integrá-los há-de ser esta ou aquela (por exemplo a vida afectiva — ver Lazarus, 1986, ou uma larga parte dos trabalhos dentro das abordagens psicodinâmicas). Se não é linear que se trata de «vícios», podemos realçar que no primeiro caso se está a actuar dentro do que poderia ser uma tentativa-e-erro sistemática (esperemos que os médicos, especialmente os cirurgiões, não adiram a esta estratégia); no segundo caso está-se a assumir que o homem psicológico é uma soma de áreas funcionais centralizadas por uma delas — o que nos faz pensar que é arbitrário determinar qual seja (depende da vontade do terapeuta?) e não resolve a dificuldade de compreendermos o que lhe concede o estatuto de ser mais importante do que as outras...

Em conclusão, diríamos que o panorama das psicoterapias actuais é tal que está a deixar de fazer sentido lutar pelo triunfo dum modelo teórico particular. Estamos convictos, aliás, de que a longa sobrevivência de algumas concepções epistemoló-

gicas clássicas e, na história da Psicologia, de alguns grandes modelos e/ou tradições de investigação indica que todos têm razão, ou seja, todos apresentam fragmentos de verdade. Consequentemente o único modelo potencialmente capaz de «pôr ordem no campo» deverá ser um que, em lugar de vencer qualquer batalha conceptual ou epistemológica, permita compreender e situar as próprias batalhas epistemológicas. Estas são, manifestamente, outro produto dum «homem psicológico» que falta conhecer. Os psicoterapeutas que pretendam vir a conhecê-lo, entretanto, deverão trabalhar para adquirir a capacidade de actuar num nível trans-subjectivo — algo que não se conseguirá, certamente, usando o debate académico ou a construção de modelos, como metodologia; consideramos que, pelo contrário, a direcção a dar ao esforço de investigação deve ser a da integração e, depois, a da unificação de perspectivas tanto quanto a prática terapêutica deve procurar ajustar os modelos ao cliente e não o contrário — até que surja uma perspectiva onde os modelos epistemológicos e existenciais do cliente e do terapeuta estejam naturalmente integrados.

## BIBLIOGRAFIA

- BEITMAN, Bernard D., GOLDFRIED, Marvin, R. e NORCROSS, John C. (1989) — «The Movement Toward Integrating the Psychotherapies: An Overview», *American Journal of Psychiatry*, vol. 146, 2, 138-147.
- EINSTEIN, Albert e INFELD, Leopold (s.d.) — *A Evolução da Física*, Lisboa, Livros do Brasil.
- FADIMAN, James (1980) — «The Transpersonal Stance», in MAHONEY, Michael J. (Ed.), *Psychotherapy Process: Current Issues and Future Directions*, Nova Iorque, Plenum Press.
- GOLDFRIED, Marvin R. (1980) — «Psychotherapy as Coping Skills Training», in MAHONEY, MICHAEL J. (Ed.), *Psychotherapy Process: Current Issues and Future Directions*, Nova Iorque, Plenum Press.
- GOLDFRIED, Marvin R. e NEWMAN, Cory (1986) — «Psychotherapy Integration: An Historical Perspective», in NORCROSS, JOHN C. (Ed.), *Handbook of Eclectic Psychotherapy*, Nova Iorque, Brunner/Mazel, Publishers.
- HILLNER, Kenneth P. (1985) — *Psychological Reality*, Amsterdam, North Holland.
- JOYCE-MONIZ, Luís (1989) — «Structures, Dialectics and Regulation in Applied Constructivism: From Developmental Psychopathology to Individual Drama Therapy», in GONÇALVES, Óscar F. (Ed.) *Advances in the Cognitive Therapies: The Constructive Developmental Approach*, Porto, edição da APPORT — Associação dos Psicólogos Portugueses.
- LANDSHEERE, G. DE (1988) — «Sur l'Épistemologie de la Recherche en Éducation», Conferência apresentada no Colloque International da AIPELF (Association Internationale de Pedagogie Expérimentale de Langue Française), Lisboa, Maio de 1988, Organização da Fac. de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- LAZARUS, Arnold A. (1986) — «Multimodal Therapy», in NORCROSS, John C. (Ed.), *Handbook of Eclectic Psychotherapy*, Nova Iorque, Brunner/Mazel, Publishers.
- MAHONEY, Michael J. (1974) — *Cognition and Behavior Modification*, Cambridge, Mass, Ballinger Publishing Company.
- MAHONEY, Michael J. (1989) — «The Future of Scientific Psychology: Implications for Psychotherapy», in GONÇALVES, Óscar F., (Ed.) *Advances in the Cognitive Therapies: The Cognitive Developmental Approach*, Porto, edição da APPORT — Associação dos Psicólogos Portugueses.
- MEICHENBAUM, Donald (1977) — *Cognitive-Behavior Modification: An Integrative Approach*, Nova Iorque, Plenum Press.
- MESSER, Stanley B. (1986) — «Eclecticism in Psychotherapy: Underlying Assumptions, Problems, and Trade-offs», in NORCROSS, John C. (Ed.), *Handbook of Eclectic Psychotherapy*, Nova Iorque, Bruner/Mazel Publishers.
- MURGATROYD, Stephen e APTER, Michael J. (1986) — «A Structural Phenomenological Approach to Eclectic Psychotherapy», in NORCROSS, John C. (Ed.), *Handbook of Eclectic Psychotherapy*, Nova Iorque, Bruner/Mazel Publishers.
- PERLS, Frederick S. (1972) — *Rêves et Existence en Gestalt Thérapie* (trad. do inglês), Paris: Epi Sa Editeurs.
- RAY, William J. (1980) — «Being One: The Search for Transpersonal Psychology», in MAHONEY, Michael J. (Ed.), *Psychotherapy Process: Current Issues and Future Directions*, Nova Iorque, Plenum Press.
- SUTICH, Anthony (1978) — «Algumas Considerações a Respeito da Psicologia Transpessoal», in *Mística e Ciência — Pequeno Tratado de Psicologia Transpessoal*, vol. II, Petrópolis, Vozes.
- TART, Charles A. (1978) — «Estudos de Consciência», in *Mística e Ciência — Pequeno Tratado de Psicologia Transpessoal*, vol. II, Petrópolis, Vozes.
- VASCO, A. Branco (1988) — «Perspectivas Epistemológicas em Psicoterapia (I): Filosofia da Ciência, Psicologia e Psicoterapia», *Psicologia*, vol. VI, 2, 239-251.

VASCO, A. Branco (1988) – «Perspectivas Epistemológicas em Psicoterapia (II): Psicoterapia, Dialéctica e Epistemologia. Psicoterapia como Processo Estratégico de Mudança Cognitiva», *Psicologia*, vol. VI, 3, 439-453.

## RESUMO

*O autor começa por evidenciar a ironia do facto de que, levadas ao absurdo as divergências conceptuais acerca do que sejam a Psicologia e o seu campo de estudo, nem sequer será viável demonstrar que ele mesmo é um psicólogo clínico. Apresenta depois, com carácter um pouco metafórico, um modelo em três fases acerca do que poderá ser o desenvolvimento de um psicólogo eclético. A última fase considerada — correspondente a um ecletismo válido tanto na teoria como na prática — é apresentada como «ficção psicológica» desejável. Discutem-se depois algumas razões do foro epistemológico para este estado de coisas e são avançados motivos para a adesão do autor a uma perspectiva conotada com a Psicologia Transpessoal bem como à posição epistemológica constituída pelo realismo transcendental. Na sequência, são discutidas três vias alternativas para a solução do problema de como atingir o «estádio compreensivo ou de ecletismo teórico e prático».*

*Por fim e em consequência da dificuldade em orientar uma prática terapêutica eclética na actualidade, o autor propõe que esta se pautar pelo grau de abstracção dos problemas apresentados pelo cliente e apresenta argumentos nesse sentido. Termina depois considerando que as grandes abordagens teóricas e práticas na Psicologia devem comportar fragmentos de verdade que*

*urge integrar, o que somente será viável quando algum modelo permitir situar e compreender as próprias batalhas epistemológicas em lugar de pretender vencê-las.*

## ABSTRACT

*The author starts pointing out the irony of the fact that, if taken to the limit the conceptual differences about what is Psychology and Psychology's field of study, it is not even possible to demonstrate that he himself is a clinical psychologist. He then presents, in a somewhat metaphorical manner, a three phase model of a could-be development scheme for an eclectic psychologist. The last phase — which corresponds to a valid eclecticism both in theory and in practice — is presented as a desirable «psychological fiction». A discussion follows about the epistemologic motifs for this state of things and reasons are given for the author's adherence to a perspective that relates to the Transpersonal Psychology as well as to the transcendental realism as an epistemologic position.*

*As a consequence of the nowadays difficulty in conducting an eclectic psychotherapeutic practice, the author suggest its basing on the abstraction level of the problems presented by the patient and puts forward some arguments supporting this idea. He then ends considering that the major theoretical and practical approaches in Psychology surely include fragments of the truth that should be integrated urgently — something only feasible when some model allows situating and understanding the very epistemological battles instead of trying to win them over.*